

NAS MARGENS DAS RUAS: cartazes como vozes de contestação

Kando **Fukushima**¹

Marilda Lopes Pinheiro **Queluz**²

Introdução

A partir de exemplos de cartazes de rua, fotografados em Curitiba- PR e São Paulo-SP, o presente artigo busca refletir sobre algumas das propostas de manifestação contra-hegemônicas que podemos encontrar na paisagem urbana. Como um dos aportes teóricos possíveis para analisar as questões levantadas por esses materiais, serão considerados alguns autores ligados ao pensamento descolonial tais como Aníbal Quijano (2002; 2005a; 2005b), María Lugones (2008; 2011) e Edgardo Lander (2014). Investigar esses artefatos gráficos é uma maneira de reconhecer formas de comunicação que estão à margem dos meios institucionalizados, muitas vezes considerados como poluição visual ou vandalismo. Além disso, também estimula a discussão sobre a hierarquização do conhecimento através da produção e circulação de cultura material com conteúdo crítico às configurações sociais excludentes.

Pretende-se evidenciar uma das estratégias encontradas nas práticas cotidianas de lidar com a problemática das relações que reforçam o processo de exploração econômica, que promovem a exclusão social através da mistificação da superioridade eurocêntrica e das relações assimétricas e violentas com conotação racial e de gênero.

Quijano (2005a) elenca essas questões como pilares da colonialidade de poder. Por esse viés, o controle operacional desse conjunto é realizado sob a racionalidade do capitalismo global, da lógica da empresa e suas determinações como organizadora das instituições baseada numa ideia específica de modernidade. Nesse sentido, as relações de dominação, exploração e conflitos são transversais a outros aspectos da cultura. A reflexão envolve: a crítica de aspectos de gênero e raça; o que se ignora e se considera na produção do conhecimento; as formas de autoridade e os meios de produção.

¹ Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil

Os processos sociais intersubjetivos e materiais nessa perspectiva vislumbram uma noção específica de progresso (tecnológico, econômico). Para o autor, ainda que no discurso da modernidade estejam apontados conceitos como o da "libertação da dominação e da exploração", contraditoriamente é apenas no "mercado" que encontra-se o limite da igualdade social (Quijano, 2005a: 114), anulando outras racionalidades e práticas. Atribuir as características positivas dessa ideia de modernidade a aspectos etnocêntricos, protagonizados pelos europeus, faz parte de uma construção simbólica e material colonizadora. A aderência a esse ideário é profunda e produziu as identidades sociais que organizam a sociedade: "Por sua natureza, a perspectiva eurocêntrica distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social, enquanto leva, ao mesmo tempo, a admiti-la como verdadeira" (Quijano, 2005b: 15).

Mesmo com indicações de que o modelo civilizatório "moderno" apresenta sinais de crise já há algum tempo, agravados com a crise ambiental e os desequilíbrios sociais cada vez mais acentuados, como apontados por Lander (2014), os esforços para a superação do modelo econômico, assim como os modelos democráticos mais adequados para os contextos heterogêneos, ainda não são claros. Pelo contrário, os discursos conservadores belicosos e que reforçam e legitimam as "desigualdades obscenas" são frequentes, assim como a ascensão de grupos políticos com posicionamentos claramente reacionários em vários aspectos da vida social (religiosidade, sexualidade, raça, organização social). Mesmo assim, ou principalmente por este motivo, é preciso reconhecer e evidenciar os movimentos de resistência e contestação, particularmente nas iniciativas mais democráticas e horizontais do cotidiano.

Lugones (2008; 2011) trabalha com a intersecção entre as discussões de raça, gênero, sexualidade e classe, por um viés crítico ao que a autora chama de feminismo hegemônico. Este último, majoritariamente branco, desconsidera ou não torna explícitas as lutas de mulheres não-brancas e seus contextos, em nome de uma categoria "mulher" generalizada e em última instância alinhada com outras formas de colonialidade (racial, econômica, etc.).

A perspectiva da autora também problematiza outras abordagens teóricas que negligenciam ou diminuem a centralidade dos aspectos de gênero e raça, propondo uma discussão onde a colonialidade de gênero, patriarcal e heterossexual, é inseparável das

questões da colonialidade de poder. Ao elencar exemplos de organização social que privilegiam uma lógica comunitária, não-patriarcal, suas pesquisas apontam novamente para os processos de exclusão na produção do conhecimento, definindo o que deve ser visível e o que deve ser invisibilizado. Evidenciam também a profundidade e o alcance das mudanças que foram impostas no colonialismo e da propagação do ideal de modernidade vigente.

Diante do desafio de se criar tipologias e categorizações dos exemplos que ilustram esse trabalho, optou-se por realizar uma análise focada nas questões culturais dos artefatos, levando-se em conta alguns dos aspectos formais, como, por exemplo, as características plásticas das imagens. Para este artigo, a escolha priorizou a diversidade de temas abordados, visando reforçar a ideia de que este meio é usado por grupos sociais distintos, que apontam uma trama complexa de questões que problematizam o discurso hegemônico.

Registro de campo

Todas as imagens são registros fotográficos realizados durante o ano de 2015 e 2016 nas cidades de Curitiba-PR e São Paulo-SP e constituem parte do trabalho de pesquisa que envolve as relações entre a comunicação visual e o espaço urbano. A amostra a seguir foi selecionada dentre um conjunto de cerca de 500 cartazes com temáticas de contestação ou de expressão artística, com o intuito de evidenciar possibilidades e usos do espaço urbano para além dos interesses hegemônicos, utilizando o mobiliário urbano ou as paredes e os muros de forma diversa daquela prevista pelos espaços institucionalizados, ou seja, em lugares onde originalmente não se previa a colocação de cartazes.

A relação conflituosa entre as práticas comunicacionais e suas regulamentações são discutidas por Rocha e Eckert (2016), que comentam sobre a pesquisa da "arte da rua" e seu vínculo com a abordagem sobre a imaginação como prática social:

Importa agora propor a pesquisa social, o exercício etnográfico para desvendar as implicações e contextos destas ações, expondo os paradoxos entre as políticas de governo (reprodutivas de desejos neoliberais) e os esforços de resistência operados nos saberes populares, contestadores e combativos. No caso da arte de rua nas cidades, reconhecemos as táticas de inscrever ações imaginativas no mundo transnacional e desterritorializado (Rocha; Eckert, 2016: 28).

As autoras contrapõem essa produção de rua àqueles realizados em galerias de arte e exposições em museus, mas além dessa discussão no próprio âmbito da arte ou do mercado de arte, apresentam outras características dessas formas de expressão, como o caráter efêmero das obras e a interação com os habitantes das cidades, como tática de provocação, de uma fruição estética com o projeto das cidades.

Uma vez que os exemplos nesse artigo utilizam espaços irregulares, a própria colocação dos pequenos cartazes são práticas que contestam essas regulações, expondo outras possibilidades de usos desse tipo de material impresso e instaurando temáticas sociais urgentes, presentes no espaço e no tempo daqueles que circulam pelas ruas da cidade.

O que chamamos de espaços institucionalizados de comunicação urbana, nos casos específicos de Curitiba e São Paulo, são aqueles que majoritariamente são administrados comercialmente por algumas poucas empresas como a "Clear Channel Brasil" na capital paranaense e pelo consórcio "PraSP/Otima" em São Paulo. Nessas cidades, após ajustes nas leis municipais que regulamentam a comunicação visual, as empresas mencionadas ganharam licitações para a exploração comercial da publicidade no mobiliário urbano, com contratos de 20 e 25 anos respectivamente. A contrapartida dessas empresas envolve a instalação e manutenção do mobiliário urbano que esteja diretamente relacionado com seu uso comercial, como no caso dos abrigos de ônibus.

Ainda que não seja o intuito deste artigo discutir o conteúdo específico das mensagens veiculadas por essa publicidade institucionalizada, pode-se dizer que elas podem acentuar a hierarquia e a exclusão social e estão intimamente relacionadas com as questões de gênero e raça. Elas veiculam quase que exclusivamente propagandas de Estado e publicidade de grandes empresas, como por exemplo o da figura 01, com o cartaz da empresa italiana "Intimissimi" num suporte da Clear Channel em abrigo de ônibus em Curitiba.



Figura 01 – Cartaz da empresa Intimissimi em abrigo de ônibus de Curitiba-PR
Fonte: Foto do autor, 2016.

Essa característica do discurso publicitário não é peculiar a este caso, ou aos exemplos que podemos encontrar nesses suportes especificamente, no entanto, os meios legais e políticas públicas que transformam as ruas da cidade em espaços onde praticamente uma única empresa possui a exclusividade da administração das imagens utilizadas para a comunicação visual de forma regulamentada é algo a se destacar.

Para realizar a análise dos cartazes de contestação nas cidades, a pesquisa se aproxima do que Ferrara (1993:18) descreve em seu conceito de "percepção urbana", entendida como prática cultural que subsidia uma das possíveis maneiras de compreender a cidade através de seus usos e de sua materialidade, ou seus "fragmentos habituais" (rua, praça, mobiliário urbano, etc.). Nessa abordagem, as relações particulares entre os aspectos culturais e a manifestação concreta da cidade interagem com o projeto urbano idealizado, reforçando ou contestando sua organização no cotidiano, nos modos de viver.

A autora sugere em suas hipóteses que "o projeto urbano é uma violação de usos e hábitos" (Ferrara, 1993:20), ideia que se soma ao conjunto de estratégias que

corroboram com a exclusão e aprofundamento dos problemas sociais nos contextos urbanos.

Para Massimo Canevacci (2004), a observação e a interação com a cidade é constituída pelo olhar crítico, em "multiperspectiva", que possui uma dinâmica ao mesmo tempo voltada para dentro e para fora, para o que conhecemos e o que descobrimos:

O olhar do observador metropolitano é, de fato, reflexivo e, portanto, não apenas participante (conforme a clássica colocação etnográfica de *observação participante*), mas mais participante: a *observação observante* implica dirigir o olhar tanto para o interior do sujeito inserido nos fluxos da metrópole comunicacional, quanto para o exterior dele. Isso testemunha o método da comunicação visual como *fazer-se ver*, envolvendo seja as novas sensibilidades visuais, perceptivas, oculares, seja as informacionais, tecnológicas (...) (Canevacci, 2004: 121, grifo do autor).

Além das grandes peças publicitárias institucionalizadas, esses pequenos impressos disputam a paisagem com outras manifestações visuais muitas vezes consideradas como "vandalismo", tais como as pichações e grafites, que também fazem parte dos processos de constituição social e simbólica da sociedade, das práticas que se articulam com o sentimento de pertencimento à cidade. Nesse sentido, de construção simbólica no horizonte da cidade, é possível utilizarmos o termo "cultura visual urbana" como categoria abrangente (Campos, 2016), que inclui desde o uso do corpo (vestuário, posturas, gestos), a configuração material ligada a arquitetura e ao urbanismo.

Os cartazes, ou cartazetes, são em sua maioria no formato A4 (21 x 29,7cm), impressos em preto e branco, em fotocopiadoras ou impressoras domésticas. Chamados de "lambes" ou "lambe-lambe", são colados normalmente com cola caseira (ex: cola branca diluída) e utilizam papéis de baixa gramatura de até 90g/m². Apesar do aspecto simples e caseiro, essa linguagem também representa a ideia de urgência.

As próprias mudanças na legislação que limitam a colocação de cartazes são exemplos de aspetos correlatos ao discurso tecnológico hegemônico e afetam diretamente a linguagem do cartaz. São feitos de forma clandestina e com poucos recursos. O uso das cores mesmo sendo uma possibilidade técnica, não é fator suficiente para indicar a linguagem visual que será utilizada. O tamanho dos cartazes, muitas vezes é reduzido pela limitação das impressoras domésticas, mas também são produzidos em um formato mais adequado para suportes menores como postes e lixeiras, possibilitando um manuseio mais rápido e discreto e algumas vezes recortados

manualmente de forma que explorem formatos diferentes dos retangulares, como na figura 02.



Figura 02 - Colocação "lambes" em uma lixeira em Curitiba.
Fonte: Foto do autor, Curitiba, 2015.

Nesse contexto, a importância da dimensão física do impresso não é algo que possa ser ignorado. As imagens publicitárias expostas em outdoors enormes³, com uma proporção que nos remetia a telas de cinema, em alguma medida foram justificadas com aspectos técnicos como o da legibilidade, uma vez que deveriam ser cada vez maiores para serem vistos de longe.

A permanência destes impressos alternativos pode variar bastante. Alguns minutos quando alguém limpa quase imediatamente o lugar, motivado por estar em lugar impróprio, mas principalmente quando alguém se incomoda pelo seu aspecto visual ou pela opinião enunciada. Em outros casos, os cartazes permanecem por meses e até mais de um ano, geralmente quando colocados em lugares de difícil acesso ou de pouca visibilidade, mas também quando o resultado é interessante e agradável

³ Um tamanho comum para esses outdoors é 9x3m. Ressalta-se que o uso desse tipo específico de anúncio publicitário é bastante restrito nas regulamentações recentes de Curitiba e São Paulo mencionadas anteriormente, onde foram substituídos em sua maioria por suportes de dimensão padronizados menores.

visualmente. Entretanto, outros fatores também influenciam nesta questão: qualidade da cola, chuva, limpeza dos locais, etc. É muito comum encontrarmos os cartazes sobrepostos a outros ou ainda com pedaços arrancados de suas extremidades. A publicidade que utiliza os suportes institucionalizados permanecem nos espaços de exposição através de contratos específicos de tempo de veiculação (ex: publicidade em mobiliário urbano), geralmente de duas semanas, e correspondem a uma outra lógica, regulada e comercial.

Raça e violência

Quijano (2005a) descreve um processo histórico no qual a ideia de raça ou identidade racial conferiram legitimidade aos processos de exploração e dominação através das "conquistas" dos povos e a implantação do modelo capitalista na América Latina. Esse um processo foi e é tenso, marcado pela heterogeneidade. São diversas procedências históricas, com presença simultânea de formas de organização social distintas, sendo este contexto o contrário do discurso eurocêntrico, dualista e universalizante. Para esse autor, as consequências sentidas nesses processos estão profundamente enraizadas na sociedade.

O novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a idéia de *raça*. Esta é a primeira categoria social da modernidade. Visto que não existia previamente – não há rastros eficientes dessa existência –, não tinha então, como tampouco tem agora, nada em comum com a materialidade do universo conhecido. Foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a idéia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. Essa idéia de *raça* foi tão profunda e continuamente imposta nos séculos seguintes e sobre o conjunto da espécie que, para muitos, desafortunadamente para gente demais, ficou associada não só à materialidade das relações sociais, mas à materialidade das próprias pessoas (Quijano, 2005b: 17, grifo do autor).

O exemplo da figura 03 possui em seu conteúdo uma informação bastante objetiva. Na Rua São Francisco, em Curitiba, um pequeno cartaz assinado pelo grupo "A Outra Campanha" nos recorda da prisão de Rafael Braga no Rio de Janeiro-RJ e incita um movimento que questione a situação. A "campanha" faz referência aos momentos de campanha política das eleições, mas é em primeiro lugar um nome inspirado pelo "La Otra Campaña", organização política criada em 2005 ligada aos

movimentos zapatistas no México, ressaltando a origem latino-americana de ambos os grupos.

Rafael Braga Vieira foi o único cidadão condenado durante as manifestações ocorridas em junho de 2013 em diversas cidades do Brasil, cujas pautas foram bastante difusas e sem um alinhamento político único. No dia 20 de junho, numa manifestação que envolveu cerca de 300 mil pessoas, o sergipano Rafael, então com 25 anos, era morador de rua e foi detido portando duas garrafas, uma delas de desinfetante Pinho Sol que seria utilizado como coquetel Molotov segundo os policiais que o detiveram (a outra era de água sanitária).

Mesmo alegando que não estava participando da manifestação e que teria encontrado as garrafas no chão próximo de onde se encontrava, o principal argumento dos advogados de defesa são os laudos da perícia criminal que indicaram a improbabilidade desse tipo de uso, como coquetel Molotov, após análise do material. Mesmo assim o jovem foi sentenciado na ocasião a 5 anos e 10 dias de prisão⁴.

⁴ Uma notícia sobre o ocorrido pode ser lido em <<http://www.cartacapital.com.br/revista/830/o-bode-na-cela-5910.html>>. Acesso em 11 de janeiro de 2017.



Figura 03 – Cartaz "Liberdade para Rafael Braga!" colado na Rua São Francisco, Curitiba-PR.
Fonte: Foto do autor, 2016.

O cartaz em preto e branco destaca a frase "Liberdade para Rafael Braga!", sendo que o nome é colocado em letras brancas sobre um retângulo preto. Logo abaixo temos uma ilustração estilizada dele segurando uma garrafa de Pinho Sol, seguida de um texto explicando brevemente as condições do jovem e as circunstâncias da prisão.

O cartaz colocado em Curitiba, anos após o ocorrido, distante da capital fluminense, pode ser visto como algo que está além de seu conteúdo específico, ou seja, a liberação de Rafael Braga. Não se trata de diminuir a causa em questão, conteúdo

explícito do artefato gráfico, mas também o potencial de visibilizar uma discussão sobre as dinâmicas sociais racistas, sobre as injustiças baseadas nas relações de classe e abusos dos mecanismos de coerção do Estado. Com a exposição de nomes de organizações, localiza manifestações populares de contestação e agrupamentos políticos diversificados.

Na figura 04, outro exemplo de uso do cartaz para dar visibilidade a casos que envolvem questões de classe e raça. O registro do cartaz, feito no início de 2016 na Avenida Rebouças, em São Paulo, denuncia questões graves do cotidiano.

A foto de um menino, Eduardo de Jesus Ferreira, é colocada em destaque na composição do cartaz. À primeira vista, lembra os cartazes que mostram retratos de desaparecidos: não parece ser uma foto produzida num estúdio fotográfico, nem mostra a criança sorrindo alegremente na promoção de algum produto.

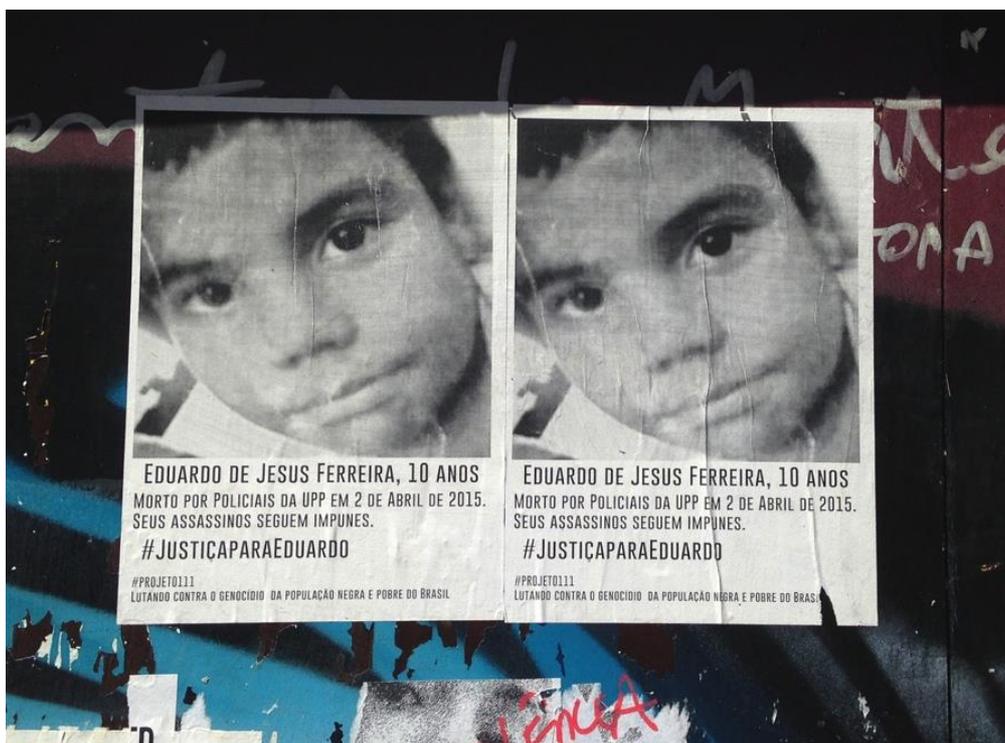


Figura 04 – Cartaz "Eduardo de Jesus Ferreira, 10 anos" colado na Avenida Rebouças, São Paulo-SP.
Fonte: Foto do autor, 2016.

Lemos logo abaixo que se trata de um menino que foi assassinado numa ação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na cidade de Rio de Janeiro-RJ, em 02 de abril de 2015. A informação em si, mesmo que veiculada anteriormente nos meios de comunicação tradicionais, é facilmente esquecida diante da rotina de notícias, cuja

ênfase nem sempre representa os interesses dos envolvidos. Nesse caso, o cartaz é assinado pelo Projeto111, de ativistas que discutem e combatem a discriminação racial, particularmente a violência contra os negros no Brasil.

A questão de classe também é colocada textualmente: trata-se uma criança pobre, em condições econômicas precárias. Ainda que a visibilidade de um crime como este não seja comparável à popularidade de notícias que envolvam temas esportivos, celebridades, tragédias naturais ou disputas políticas nacionais, o assunto é em si abrangente: é um estímulo à reflexão ligada à violência, ao papel da "segurança pública", das questões raciais e de classe. Próximo a um ponto de ônibus, lembra-se todos os dias, ou até o cartaz ser arrancado, um evento brutal, próximo ao cotidiano de milhões de pessoas em grandes centros urbanos. É importante pensar nas significações dos vários elementos gráficos do entorno e nas construções de sentidos que se somam às intervenções deste fragmento urbano.

Gênero, Raça e Violência

Embora a obra de Quijano considere a questão de gênero, Lugones (2008), sem desconsiderar as contribuições do autor, entende que sua abordagem separa as categorias raça e gênero, reduzindo as questões de gênero à organização do sexo e a uma visão biológica (Lugones, 2008: 83). Ainda que com consequências abrangentes nas relações de poder e organização social, como na formação de ideia de família burguesa, a autora identifica algumas limitações nessa abordagem. Propõe, assim, uma análise crítica para os processos de dominação, violentos e de invisibilização que ocultam questões mais profundas da lógica colonizador/colonizado e da normatividade, envolvendo o binarismo homem/mulher, assim como suas formas de resistência, ligadas ao gênero, raça e sexualidade, para além da organização social do trabalho e modelos econômicos.

Ela menciona exemplos onde a dicotomia de gênero não consegue nem mesmo descrever adequadamente a organização social. Cita as pesquisas da nigeriana Oyéronké Oyewùmi sobre as sociedades Yoruba, nas quais o gênero não era um princípio organizador. Nesse contexto, investigar a sociedade Yoruba com a imposição dessa dicotomia como fator estruturante já seria uma tradução colonizadora, sendo que as consequências da colonização sobre as questões de gênero foram muito maiores do que aquelas identificadas com a organização da reprodução. Segundo a autora:

Al pensar la colonialidad del género, yo complejizo su comprensión del sistema global capitalista de poder, pero también critico su propia comprensión del género como sólo visto en términos del acceso sexual a las mujeres. Al usar el término *colonialidad* mi intención es nombrar no sólo una clasificación de pueblos en términos de la colonialidad de poder y el género, sino también el proceso de reducción activa de las personas, la deshumanización que los hace aptos para la clasificación, el proceso de sujetificación, el intento de convertir a los colonizados en menos que seres humanos (Lugones, 2011: 108, grifo da autora).

A questão da transversalidade entre as questões de gênero e classe são abordadas no exemplo da figura 05. A fotografia foi tirada na Rua Araújo, na capital paulista.

Uma fileira de pictogramas de mulheres serve como um cabeçalho do cartaz e forma de identificação dos cartazes desse projeto. Abaixo lemos, "Seu feminismo inclui sua empregada?" e a assinatura do "projeto encontrarte" que possui informações em redes sociais digitais (Instagram e Facebook).



Figura 05 – Cartaz "Seu feminismo inclui sua empregada?" colado na Rua Araújo, São Paulo-SP.
Fonte: Foto do autor, 2016.

A pergunta é uma provocação. Mesmo diante de várias manifestações em prol de causas consideradas feministas, não é raro identificarmos contradições, ou um alinhamento elitista. É um argumento próximo do que Lugones (2008) chama a atenção ao citar a ideia de feminismo hegemônico, ressaltando que a questão de classe e raça, assim como as condições materiais de grupos sociais marginalizados devem ser problematizadas. As situações podem ser cotidianas e não raramente envolvem violência e discriminação.

Dentre as principais ações do "projeto encontrarte" está a colocação de cartazes de lambe-lambe na cidade de São Paulo com frases que dizem respeito a questões de gênero e elencam três temas principais para suas discussões: relacionamentos abusivos; sororidade; empoderamento feminino. Na descrição da página do grupo no facebook, explicam algumas de suas motivações:

Considerando o caráter patriarcal que infelizmente ainda direciona os pensamentos e aciona os valores em nossa sociedade, a reação mais esperada entre nós naquele momento, talvez fosse a discussão, a disputa e o afastamento. No entanto, a SORORIDADE prevaleceu e nos uniu. A dor desfez-se em amizade e a indignação desfez-se em luta permanente. (Projeto Encontrarte, 2016, grifo do autor)

Os exemplos de cartaz das Figuras 06 e 07 a seguir destacam a questão de gênero e sexualidade por uma abordagem semelhante aos exemplos da figura 03 e 04, ou seja, através da denúncia de um evento trágico.

Em 08 de abril de 2016, Luana Barbosa dos Reis Santos⁵, com 34 anos, foi espancada e presa no bairro Jardim Paiva II, na periferia de Ribeirão Preto-SP. Morreu 5 dias depois em decorrência de isquemia cerebral causada por traumatismo craniano-encefálico. Luana era lésbica e tinha um filho de 14 anos, foi presa, segundo o termo circunstanciado registrado pela polícia, por desacato a autoridade e lesão corporal.

⁵ Uma notícia sobre o ocorrido pode ser lido em <<http://ponte.cartacapital.com.br/a-historia-de-luana-mae-negra-pobre-e-lesbica-ela-morreu-apos-ser-espancada-por-tres-pms/>>. Acesso em 15 de janeiro de 2017.



Figura 06 – Cartazes "Justiça para Luana" colado na Rua do Arouche, São Paulo-SP.
Fonte: Foto do autor, 2016.

Os dois cartazes da figura 06 foram fotografados na Rua do Arouche. Nos locais onde eles foram encontrados, eram colados juntos, de modo que um complementava o outro. No da esquerda, logo abaixo do texto em letras garrafais "Justiça para Luana", vê-se uma foto dela de beca, aparentemente recebendo um certificado ou diploma. A situação na foto ressalta um momento com o qual muitos podem se identificar, dando a sensação de que a vítima poderia ser qualquer um. No entanto o texto do cartaz ao lado ressalta sua condição específica: "Preta, pobre e lésbica" e ainda afirma que foi "assassinada pela PM!". Mesmo com o inquérito policial ainda em andamento, a brutalidade da abordagem policial era inegável e as falas das testemunhas já indicavam a causa provável do falecimento.

A figura 07 também trata do mesmo acontecido, porém sua abordagem visual e textual é bem diferente. Embora a palavra "justiça" apareça em ambos os exemplos, aqui o texto trata de incentivar práticas de resistência, mesmo que não especifique uma ação em particular.

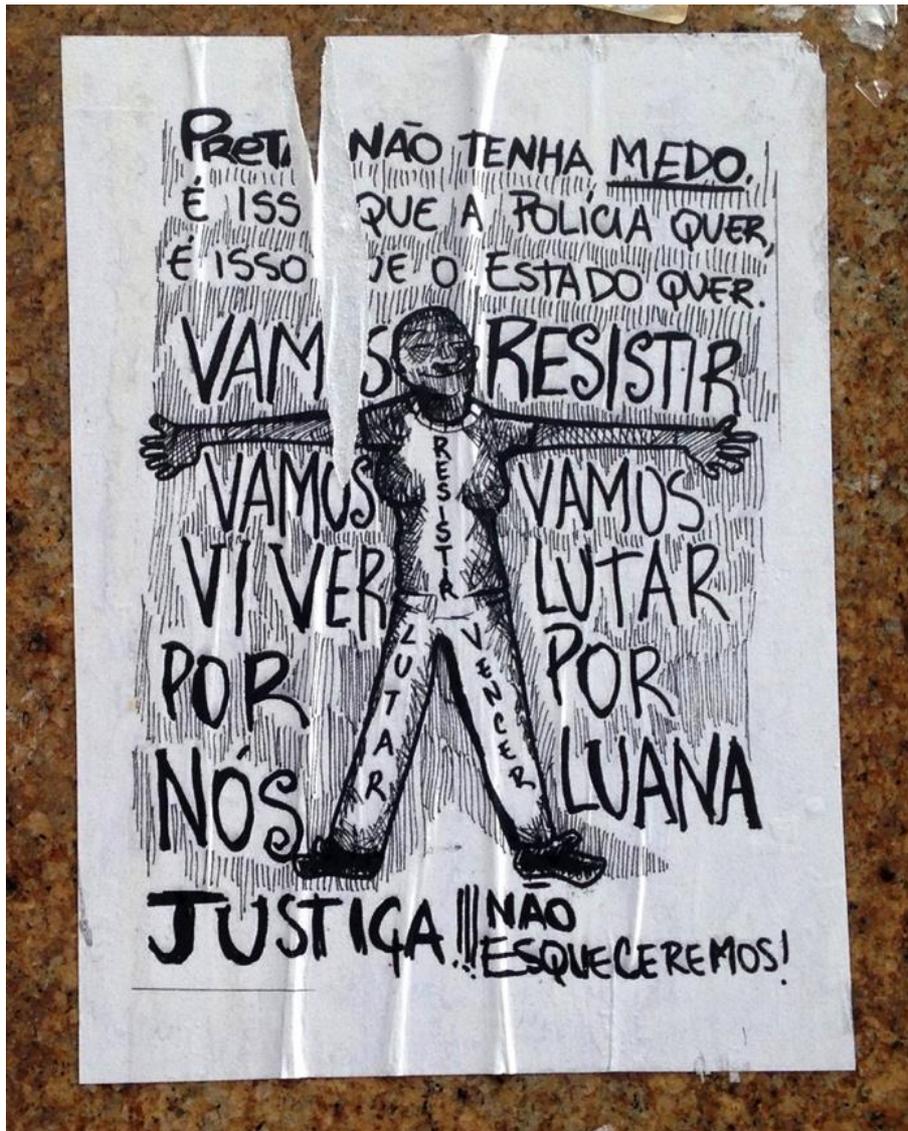


Figura 07 – Cartaz "Preta não tenha medo" colado na Rua Araújo, São Paulo-SP.
Fonte: Foto do autor, 2016.

O cartaz foi fotografado na Rua Araújo em São Paulo e nele lemos com letras manuais, desenhadas: "Preta, não tenha medo. É isso que a polícia quer, é isso que o Estado quer. Vamos resistir, vamos viver por nós, vamos lutar por Luana. Justiça!!! Não esqueceremos!". A questão de classe não é mencionada explicitamente como no exemplo anterior. No centro, há uma ilustração de uma negra com os braços abertos e um sorriso sutil. Pelo corpo lemos os dizeres "resistir", "lutar" e "vencer".

Aqui, a partir do tema, sugere-se um movimento contínuo de resistência. O texto neste exemplo é mais pessoal, dirigido a uma leitora, negra. A linguagem visual manual não esconde seus gestos e imprecisões, reforçam a personalidade. A repressão e a

violência contra Luana não é um caso isolado, é parte de uma estratégia de coerção ampla, que envolve o Estado.

Estado de Exceção

Discutindo as contradições na constituição dos Estados-Nação na América Latina, Quijano (2005a) argumenta que sob vários aspectos eles estão distanciados dos ideais democráticos, por uma desconexão entre as realidades locais e o discurso da modernidade eurocêntrica, ainda que, no que diz respeito ao controle do trabalho, sempre se encontrem articulados com os interesses da produção de mercadorias para a constituição do capitalismo mundial (Quijano, 2005a, p.108). Sobre os desdobramentos mais recentes do papel do Estado em alguns países o autor escreve:

Estado va siendo separado de todo control real de la mayoría de la población y llevado a operar casi exclusivamente como administrador y guardián de los intereses de los capitalistas "globales". Se trata de un proceso de des-nacionalización del estado y de des-democratización de las relaciones políticas en la sociedad (Quijano, 2002: 15).

Lander (2014) menciona em sua análise o agravamento dos meios de coerção do Estado que "El autoritarismo del pensamiento político neoconservador privilegia el orden y la razón de Estado, sobre los derechos democráticos de los ciudadanos" (Lander, 2014: 95).

Nesse contexto, uma vez que as decisões do Estado estão intimamente atreladas com interesses de grupos econômicos hegemônicos, o conflito de interesses e as políticas públicas que acabam agravando a assimetria social são recorrentes.

Por conta de um fato ocorrido no dia 29 de abril de 2015, a capital do Estado do Paraná, Curitiba, ganhou notoriedade e repercussão nacional e internacional em diversos meios de comunicação: jornais impressos, telejornais, internet, rádio dentre outros. Esse dia foi marcado pelo confronto entre professores manifestantes e policiais militares em frente à Assembleia Legislativa (massacre, barbárie, além de outros termos mais contundentes) onde mais de 200 manifestantes saíram feridos, diante da ação policial que envolveu cães, bombardeio de helicóptero (gás lacrimogêneo e de efeito moral), balas de borracha e cassetetes.

Trata-se do pior momento até então de uma crise política no governo do Estado do Paraná que envolve diversas denúncias de corrupção, aumento de impostos, cortes de

benefícios do funcionalismo público estadual, inclusive a quebra do acordo firmado com os professores em fevereiro de 2015, quando os deputados saíram da “casa do povo” escoltados, depois de tentarem aprovar o pacote de cortes em votação dentro do restaurante da Assembleia Legislativa para evitar os demais presentes na votação.

Somam-se a esse quadro, as ações de repressão violentas. O discurso do recém reeleito governador, Carlos Alberto Richa, conhecido como Beto Richa (PSDB), poucos meses antes, no qual afirmava que o “melhor ainda está por vir”⁶, ganhou uma dimensão trágica, brutal.

Apesar do registro e do debate sobre o acontecimento de 29 de abril ter ocasionado um movimento amplo de crítica, incluindo os meios tradicionais de comunicação, pretende-se destacar outras formas de comunicação que foram utilizadas nesse contexto.

Entende-se que esses impressos em nossa paisagem visual urbana podem explorar um acontecimento anterior como algo que “é” e não o que “foi”. Ao dar visibilidade a questões importantes para a sociedade, perduram como ideias de visões políticas múltiplas, como um embate de interesses e pontos de vista, não como notícias passageiras.

Esta característica, por exemplo, é diferente de uma notícia no jornal. Ao abrirmos um jornal temos uma expectativa anterior mais clara. Procuramos um periódico deste tipo para lermos opiniões e descrições de acontecimentos. Andamos na cidade para transitar, sabemos que vamos nos deparar com a publicidade, mas esse espaço possui outras possibilidades.

Ainda que em seu texto Agamben (1998) esteja discutindo uma outra mídia, o cinema, podemos citá-lo para observar uma crítica possível da relação do tempo da recepção:

As mídias dão-nos sempre o fato, o que foi, sem a sua possibilidade, sem a sua potência, dão-nos portanto, um fato sobre o qual somos impotentes. As mídias adoram o cidadão indignado mas impotente. É o mesmo objetivo do telejornal. É a má memória, a que produz o homem do ressentimento (Agamben, 1998, n.p).

⁶ Embora a frase tenha sido repetida em diversas ocasiões, cito a transcrição de trechos do discurso de Beto Richa na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), em Curitiba, publicado no dia 5 de outubro de 2014, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2014/o-melhor-esta-por-vir-eejmnw10i4nszcvytjmcoqr0u> acesso em 07/06/2015: “Posso assegurar que o melhor está por vir. Dediquei parte do meu tempo a pagar dívidas. Agora, as contas estão praticamente saneadas ... Vamos continuar assim: com muita austeridade e absoluto rigor na aplicação dos recursos públicos”.

Os materiais gráficos abordados, registros efêmeros de duração incerta, são também manifestações concretas, ou as “memórias pensadas”. São partes do cotidiano e modos de pertencimento dos sujeitos, como um processo não linear discutido por Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert (2005). Na reflexão crítica das autoras sobre o discurso da desordem urbana e da memória do mundo urbano contemporâneo, elas destacam:

A história de cada indivíduo na cidade é a história das situações que ele enfrentou em seus territórios, e é a ação desse sujeito nesses espaços que faz de um episódio banal uma situação para ele, de reinvenção de suas tradições (Rocha; Eckert, 2005: 30).

A pequena amostra de materiais gráficos a seguir foi escolhida por abordar explicitamente as questões que envolvem as políticas públicas do governo do Estado do Paraná ou estabelecem um diálogo temático com o mesmo período (abril e maio de 2015). As fotografias foram tiradas principalmente na região central da cidade, circulando pelas ruas em busca destes exemplos e também durante uma manifestação de apoio à pauta dos servidores públicos e de repúdio à violência no dia 30 de abril, um dia após o embate mencionado anteriormente.

A figura 08 exemplifica a característica efêmera dos "lambes". Aparentemente alguém tentou tirar o cartaz do poste de luz, mas desistiu. No poste podemos ver vestígios de outros impressos, vários pequenos pedaços de papel.

De forma a evidenciar a contradição e o estado de exceção instituído na época, a imagem que ilustra o lema "Respeito à democracia" no topo do impresso, logo abaixo assinado "Paraná, Governo do Estado", é uma foto da ação do dia 29 de abril. Uma grande quantidade de manifestantes se aglomera na parte inferior da foto, enquanto que os edifícios do governo estadual ao fundo estão acobertados por uma nuvem de fumaça separando as duas partes. Surgindo da fumaça em direção aos manifestantes podemos observar o avanço dos escudos da tropa de choque.



Figura 08 - Cartaz "Respeito à democracia".
Fonte: Foto do autor, 2015

As figuras 09a e 09b são imagens de um modelo de cartaz que foi distribuído durante o dia 30 de abril numa das manifestações ocorridas durante o dia a favor dos professores. O cartaz aborda a relação entre o espaço público, a rua, também como espaço de aprendizagem. A educação não é restrita às questões da atividade docente e seu espaço de debate extrapola as salas de aula e interessam à sociedade num sentido amplo. Nele lemos: "A rua é também uma escola! Todo apoio aos professores". Uma imagem em alto contraste de manifestantes preenche o centro da composição.



Figura 9a - Cartaz "A rua é também uma escola!" afixado numa lixeira.

Figura 9b - Cartaz "A rua é também uma escola!". Fonte: Foto do autor, 2015

A figura 9a mostra um dos suportes utilizados por este tipo de impresso, as laterais de lixeiras. A foto foi tirada num ponto de ônibus de grande circulação (Praça Tiradentes) e além da comunicação expressa em suas imagens e textos, virou um indício da própria trajetória da manifestação, uma vez que foram colados durante o ato, marcando tanto a presença do pequeno grupo que colava os cartazes, quanto do grande coletivo que se deslocava pela cidade.

O impacto da greve e as incertezas quanto ao futuro das políticas públicas na área da educação é o tema dos impressos apresentados nas figuras 10a e 10b. No mesmo dia (30 de abril), dois pequenos impressos eram colados geralmente juntos. Num deles um retângulo preto com os dizeres, "Richa: Nocivo ao futuro das crianças". Logo abaixo, uma colagem de imagens mostra Beto Richa sorridente, sentado num sofá com duas crianças aos prantos no colo. Uma foto que nos remete a uma imagem de família.



Figura 10a - Impressos "Rica: Nocivo ao futuro das crianças" colado sobre publicidade.
Figura 10b - Impressos "Rica: Nocivo ao futuro das crianças". Fonte: Foto do autor, 2015.

A figura 11 não possui uma relação direta com o tema, porém, o cartaz foi fotografado durante o mesmo período. Sua abordagem, menos específica, pode ser interpretada de forma complementar ao assunto, mesmo não tendo sido esta a intenção originalmente.



Figura 11 - Cartaz "Respira".

Fonte: Foto do autor, 2015.

A foto de uma pessoa está de frente para os observadores. Estaria nos olhando diretamente se não segurasse uma pequena faixa onde se lê "Respira". A mensagem inusitada no meio do percurso dos transeuntes possibilita inúmeras interpretações: pode se referir ao cotidiano estressante dos grandes centros urbanos, chamar a atenção para as próprias necessidades individuais, etc. Mas, depois de uma ação policial que bombardeou manifestantes com gás lacrimogêneo ganha uma nova significação, provocativa mesmo em sua simplicidade, evidenciando a dificuldade de exercer atividades básicas: o ir e vir, manifestar posicionamento políticos e mesmo respirar.

A escolha desse exemplo foi motivada pela intenção de ilustrar e chamar a atenção para a riqueza de peças gráficas que podemos encontrar nas ruas, constituindo uma paisagem urbana diversificada.

Considerações

Investigar cartazes é uma das formas de identificar e dar visibilidade a uma produção material e simbólica que pode ser entendida como prática de resistência, ainda que não seja propriamente uma ruptura plena com as formas de colonialismo apontadas anteriormente. Mesmo assim, considera-se sua importância como prática de apropriação do espaço urbano e de pertencimento à cidade, instigando pontos de vista não hegemônicos, olhares divergentes e críticos. Essa produção está ligada ao conjunto de formas de comunicação, além das fronteiras acadêmicas, forjadas nas relações de convivência em nosso cotidiano.

A pequena amostra de cartazes apresentada neste ensaio destacou aqueles que são colocados em lugares inusitados ou que não foram destinados originalmente para este fim. Eles evidenciam uma outra forma de utilizar o espaço da rua, apropriados pelas pessoas que circulam nas ruas mas que normalmente não se reconhece como demanda ou alternativa legítima de uso. Avaliando dessa forma, em termos de poluição ou desordem, não se questionam, de forma crítica, as limitações representadas pelas regulamentações, que descartam a diversidade e as contradições.

De forma otimista, tanto Lander (2014) quanto Quijano (2002), identificam em movimentos de jovens que lutam por maior igualdade nas questões relativas ao gênero, raça, classe e problemas ambientais, assim como o de algumas organizações de

trabalhadores, iniciativas que impulsionam novas formas de resistência. De maneira mais ampla, as investigações que considerem novas formas de construção do conhecimento, que dêem visibilidade aos problemas, mas também às formas alternativas de organização social podem contribuir para a constituição de uma sociedade mais colaborativa e emancipada.

Materializada de diversas formas, nem sempre percebidas, os artefatos gráficos e seus usos fazem parte da configuração do cotidiano. Este é sempre mutável, num constante processo de apropriação, negociação e conflito. Nesse sentido, entendemos que o movimento histórico em direção a descolonialidade, em favor de uma configuração social mais justa e democrática é possível e necessário.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Le cinéma de Guy Debord. In: AGAMBEN, Giorgio. *Image et mémoire*. Paris: Hoëbeke, 1998, p. 65-76. Disponível em <<http://www.intermidias.blogspot.com.br/2007/07/o-cinema-de-guy-debord-de-giorgio.html>> Acesso em 26 de julho de 2015.

CAMPOS, Ricardo. Visibilidades e invisibilidades urbanas. In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 47, n. 1, jan/jun, 2016. Fortaleza: UFC, 2016. p. 49-76.

CANEVACCI, Massimo. Metrópole Comunicacional. In: *Revista USP*, São Paulo, n.63, p. 110-125, setembro/novembro, 2004.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Olhar periférico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

LANDER, Edgardo. Crisis civilizatoria, límites del planeta, asaltos a la democracia y pueblos en resistencia. In: BORSANI, María Eugenia; QUINTERO, Pablo (orgs.). *Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo*. Neuquén: EDUCO - Universidad Nacional del Comahue, 2014. p.79-122.

LUGONES, María. Colonialidad y género. In: *Tabula Rasa*. Bogotá, n. 9, julio-diciembre 2008. p.73-101. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>> Acesso em: 07 de abril de 2016.

_____. Hacia un feminismo descolonial. In: *Revista La manzana de la discordia*, Cali, v.6, n.2, Julio - Diciembre 2011. p. 105-119. Disponível em: <<http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N2/art10.pdf>> Acesso em: 07 de abril de 2016.

PROJETO ENCONTRARTE. Disponível em: <https://www.facebook.com/projeto.encontrarte/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 08 de agosto de 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005a.

_____. El nuevo imaginario anticapitalista In: *América Latina en movimiento*. Quito, n. 351, abril 2002, p. 14-22. Disponível em: <<http://red.pucp.edu.pe/ridei/wp-content/uploads/biblioteca/090706.pdf>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

_____. Dom Quixote e os Moinhos de Vento na América Latina. In: *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.19 n.55, Universidade de São Paulo, 2005b, p. 9-31. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2016.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Arte de rua, estética urbana: relato de uma experiência sensível em metrópole contemporânea In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 47, n. 1, jan/jun, 2016. Fortaleza: UFC, 2016. p. 25-48.

_____. A retórica de um mito: "Brasil um país sem história". In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. *O tempo e a cidade*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005. p. 17-32.